
COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.
REGISTRO NA CVM	n.º 00315-8
SEDE	Avenida Magalhães Pinto, 4.000, CEP 39404-166 – Planalto, Montes Claros, MG.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO Trevisan Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTNM3 e CTNM4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Valor Econômico e Jornal de Notícias de Montes Claros.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia de Tecidos Norte de Minas — COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta que tem por objetivo social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia opera como holding de empresas têxteis no Brasil e no exterior.

As controladas da Companhia são indústrias líderes do setor têxtil no Brasil e no exterior e situam-se entre os maiores fabricantes integrados de tecidos para acessórios domésticos e vestuário. As controladas da Companhia produzem e comercializam fios, tecidos acabados e não acabados, confeccionados para cama, mesa e banho e acessórios para o lar. Seus produtos confeccionados são comercializados através das mais tradicionais marcas do mercado mundial como: Wamsutta, Springmaid, Burlington House, Artex, Santista, Paládio, Calfat e Garcia, entre outras, para produtos de cama, mesa e banho, além de suprir grandes redes com marcas próprias e/ou exclusivas.

A estratégia da Companhia consiste em incrementar suas vendas e lucratividade através dos seguintes focos: a) aumento de sua participação de mercado; b) uso da alavancagem representada por sua alta capacidade de produção e de seus baixos custos operacionais unitários; c) integração vertical, concentrando sua produção em produtos de consumo de maior valor agregado e d) diversificação de suas linhas de produto e mercados geográficos.

Em 26 de Janeiro de 2006, foi concluída a operação de associação dos ativos operacionais relacionados aos negócios de produtos têxteis para o lar da Companhia e da Springs Industries Inc (“SI”) com a constituição da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que controla a Coteminas S.A. (“CSA”) e a Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias fechadas operacionais, com sede no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela SI.

A associação criou o maior complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho para o lar do mundo, com unidades de produção nas Américas, e gerando sinergias significativas como resultado da racionalização da produção e da combinação das atividades da Companhia e da SI.

Em 2008 e 2009, o cenário econômico nos Estados Unidos e o fortalecimento do Real perante o Dólar impactaram fortemente as vendas e conseqüentemente as margens, que apesar de melhores, foram aquém do planejado. Apesar disso, as demonstrações financeiras do exercício de 2009 demonstram uma situação financeira forte, com redução do endividamento e melhora do resultado.

No exercício de 2009, destacou-se o lucro líquido antes das participações dos acionistas minoritários de R\$26,0 milhões registrado pela Companhia, representando um crescimento de 125% em relação a 2008. O patrimônio líquido no final de 2009 era de R\$1,5 bilhão e a Companhia tinha um total de R\$3,1 bilhões em ativos. O saldo do

endividamento era de R\$322,5 milhões (R\$607,3 milhões em 2008) e representava 21,5% do patrimônio líquido (41,6% em 2008), sendo o endividamento líquido do caixa e aplicações financeiras, R\$184,7.

Em maio de 2009, a controlada SGPSA passou a deter participação de 64,7% no capital social da Springs e Rossini Participações S.A. ("SRPSA"), uma empresa cujo único ativo são as quotas representativas do capital social da MMartan Têxtil Ltda. A MMartan é uma empresa varejista no ramo de cama, mesa e banho operando em um seguimento de mercado de produtos com alto valor agregado.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

As mutações patrimoniais ocorridas entre 2007 e 2009, em milhares de Reais são resumidas como segue:

	Capital realizado	Incentivos fiscais	Reservas de lucros	Outros ajustes	Ações em tesouraria	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	870.000	286.308	608.005	(29.455)	-	-	1.734.858
Var. cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	(56.198)	-	-	(56.198)
Gastos incorridos na captação de recursos em controlada	-	-	(15.374)	-	-	-	(15.374)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(185.006)	(185.006)
Compensação de prejuízos	-	-	(185.006)	-	-	185.006	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	870.000	286.308	407.625	(85.653)	-	-	1.478.280
Var. cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	49.439	-	-	49.439
Instrumentos derivativos – NDF	-	-	-	(77.104)	-	-	(77.104)
Reversão de dividendos	-	-	873	-	-	-	873
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(726)	-	(726)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.624	13.624
Destinação do lucro:							
Reservas de lucros	-	-	9.310	-	-	(9.310)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(4.314)	(4.314)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	870.000	286.308	417.808	(113.318)	(726)	-	1.460.072
Var. cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	(51.222)	-	-	(51.222)
Instrumentos derivativos – NDF em Controlada	-	-	-	93.810	-	-	93.810
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	197	197
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.167	3.167
Destinação do lucro:							
Reservas de lucros	-	-	2.361	-	-	(2.361)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.003)	(1.003)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	870.000	286.308	420.169	(70.730)	(726)	-	1.505.021

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2007, foi aprovado o grupamento das 5.833.764.562 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.176.597.891 ações ordinárias, e 3.657.166.671 ações preferenciais, representativas do capital social da Companhia, onde cada lote de 50 ações, foi agrupado em 1 única ação da mesma espécie, sem a redução do capital social, de forma que o capital passou a ser representado por 116.675.291 ações nominativas sem valor nominal, sendo 43.531.958 ações ordinárias, e 73.143.333 ações preferenciais. Desde 13 de

agosto de 2007 as ações da Companhia passaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA com cotação unitária.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia possuía 100.800 ações preferenciais em tesouraria a um custo médio de R\$7,20 por ação (R\$6,40 mínimo e R\$8,59 máximo). O valor de mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 5,35 por ação.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	2009	2008	2007
Pré-pagamento exportação	158.143	294.420	235.236
Moeda nacional	141.702	219.586	310.009
Moeda estrangeira	22.636	93.258	229.290
	-----	-----	-----
Total da dívida	322.481	607.264	774.535
Parcelas no passivo circulante	(177.358)	(363.158)	(259.882)
	-----	-----	-----
Parcelas no passivo não circulante	145.123	244.106	514.653
	=====	=====	=====
Total da dívida	322.481	607.264	774.535
Disponível e títulos e valores mobiliários	(137.737)	(428.790)	(554.556)
	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	184.744	178.474	219.979
	=====	=====	=====
Total do capital circulante líquido	692.810	893.198	1.332.862
Total do patrimônio líquido	2.138.382	2.039.575	2.320.912
	=====	=====	=====

A dívida líquida total da Companhia, passou de R\$220,0 milhões em 2007 para R\$184,7 milhões em 2009. Diante desse quadro e do atual cenário macroeconômico, a Administração da Companhia acredita que seu fluxo de caixa operacional é suficiente para honrar seus compromissos financeiros.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia não utilizou fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que não tenham sido mencionados no item 10.1.c.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A controlada SGPSA protocolou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES o projeto denominado Revitaliza, um financiamento no valor de R\$100 milhões (vide item 10.10.a) dos quais R\$63,7 milhões serão destinados à recomposição das disponibilidades da SGPSA. Esse valor corresponde aos investimentos em ativo permanente já efetuados no decorrer de 2009 relacionados ao projeto.

A Companhia não pretende contratar financiamentos para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia possui níveis baixos de endividamento. O perfil da dívida com instituições financeiras é como segue:

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2009	2008	2007
Pré-pagamento exportação:						
Banco Real ABN Amro (b)	US\$	Libor+1,20	2011	29.043	70.126	-
Banco Real ABN Amro (a)	US\$	Libor+1,35	2013	64.550	105.284	106.477
Banco Itaú S.A. (a)	US\$	Libor+1,35	2013	64.550	105.284	106.477
Bank Boston	US\$	1,15	2009	-	13.726	22.282
				-----	-----	-----
				158.143	294.420	235.236
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	R\$	IRP+10,81	2010	42.795	-	-
BNDES - Exim - TJLP	R\$	TJLP+2,15 a 2,60	2010	6.415	184.381	174.302
Banco do Brasil S.A.	R\$	TJLP+2,53	2009	-	12.916	10.048
Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	125% do CDI	2010	30.428	1.337	80.961
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	123,3% do CDI	2010	27.783	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	R\$	CDI+0,25	2014	8.731	-	-
Banco Santander S.A.	R\$	CDI+0,20 a 0,29	2013	7.479	-	-
BNDES - capital de giro	R\$	TJLP+3,0	2014	17.137	20.930	24.671
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	CDI+3,0	2008	-	-	20.000
Outros	R\$	-	2012	934	22	27
				-----	-----	-----
				141.702	219.586	310.009
Moeda estrangeira:						
Banco Itaú S.A.	\$ARG	10,5/12,5	2009	-	13.025	14.059
Banco do Brasil S.A.	US\$	Libor+0,40	2009	-	28.044	-
Banco do Brasil S.A.	US\$	Libor+1,50	2009	-	18.696	-
BNDES - Exim - TJFPE	US\$	TJFPE+2,60	2009	-	19.298	35.959
Citicorp	US\$	1,85	2009	-	14.195	16.489
JP Morgan	US\$	1,50	2012	22.636	-	-
Wachovia Bank - ABL (c)	US\$	Libor+2,00	-	-	-	88.565
Wachovia Bank - ABL (c)	US\$	Prime+0,50	-	-	-	74.218
				-----	-----	-----
				22.636	93.258	229.290
				-----	-----	-----
Total				322.481	607.264	774.535
Parcelas no passivo circulante				(177.358)	(363.158)	(259.882)
				-----	-----	-----
Parcelas no passivo não circulante				145.123	244.106	514.653
				=====	=====	=====

(a) Coordenadores líderes conjuntos e coordenadores da execução. Esses empréstimos prevêem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros: (i) relação entre dívida líquida/EBITDA, máximo de 3,5 vezes; (ii) relação entre EBITDA/despesa financeira, mínimo de 2,0 vezes; e (iii) relação entre dívida líquida/patrimônio líquido, máximo de 0,6 vezes.

(b) Esse empréstimo prevê hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destaca o descumprimento do seguinte índice financeiro: relação entre dívida total/EBITDA (a ser verificado semestralmente), como segue: 2008 máximo de 5,33 vezes; 2009 máximo de 4,42 vezes; 2010 máximo de 4,26 vezes e 2011 máximo de 3,84 vezes.

(c) Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos empréstimos ABL ("Asset-backed Loan/Revolving credit facility"), mencionados na nota acima, totalizavam R\$162.783 (ou US\$91.900 mil) e foram quitados com a utilização do caixa recebido pela Securitização SABRE (vide item 10.8.a). Desta forma, os contratos de ABL foram encerrados.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No período de 2007 a 2009, as mudanças significativas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram basicamente decorrentes das transferências das unidades fabris da controlada SGPSA e suas subsidiárias que se situavam nos EUA para o Brasil. Com essas transferências, a Companhia incorreu em gastos extra-operacionais como indenizações e custos de fechamento das unidades nos EUA, afetando o resultado da Companhia como um todo.

Os custos e despesas foram reduzidos fortemente e adequados à nova realidade da Companhia e aos mercados em que ela atua, principalmente nos EUA onde houve uma forte retração da economia.

As atividades de reestruturação reduziram significativamente o número de participantes do plano médico de pós-aposentadoria da controlada indireta SGUS, sendo contabilizado, em 2008, um ganho atuarial de R\$35.069 e um ganho de encurtamento ("Curtailment") de R\$3.637. Em 2009, a controlada indireta SGUS anunciou que, a partir de 1º de fevereiro de 2010, os benefícios médicos de pós-aposentadoria seriam descontinuados e os participantes teriam a opção de contratar um plano médico integralmente segurado ("fully-insured") por uma operadora independente. Tal alteração resultou em um ganho de encurtamento ("Curtailment") de R\$11.141.

As ofertas públicas de ações da controlada SGPSA ocorridas em julho e agosto de 2007 e dezembro de 2008, adicionadas à geração própria de recursos, recompuseram o capital de giro necessário para as operações da Companhia e de suas controladas, tanto nos EUA como no Brasil e na Argentina, reduzindo também as despesas financeiras.

Em 2009, a controlada SGPSA passou a controlar a Springs e Rossini Participações S.A. ("SRPSA"), com 64,7% de seu capital. A SRPSA é uma empresa holding que possui 100% das cotas do capital social da MMartan, empresa voltada para o varejo de cama, mesa e banho, cujos produtos possuem alto valor agregado.

10.2

a. Resultados das operações do emissor

Abaixo o comparativo de resultados obtidos nos exercícios de 2007 a 2009:

R\$ milhões	2009	% da "RL"	2008	% da "RL"	2007	% da "RL"
Receita operacional						
Vendas brutas	3.100,3	116,3	3.551,9	112,4	4.472,2	118,5
Deduções das vendas	(434,3)	(16,3)	(393,1)	(12,4)	(697,8)	(18,5)
Receita operacional líquida ("RL")	2.666,0	100,0	3.158,9	100,0	3.774,4	100,0
Custo dos produtos vendidos	(2.248,4)	(84,3)	(2.729,3)	(86,4)	(3.437,9)	(91,1)
Lucro bruto	417,6	15,7	429,6	13,6	336,5	8,9
Receitas (despesas) operacionais						
De vendas	(216,0)	(8,1)	(192,1)	(6,1)	(195,2)	(5,2)
Gerais e administrativas	(180,6)	(6,8)	(193,9)	(6,1)	(264,1)	(7,0)
Despesas financeiras - juros e encargos	(49,3)	(1,8)	(68,6)	(2,2)	(107,8)	(2,9)
Despesas bancárias, descontos e outros	(43,0)	(1,6)	(36,9)	(1,2)	(23,7)	(0,6)
Receitas financeiras	32,2	1,2	67,9	2,1	57,2	1,5
Variações cambiais, líquidas	124,7	4,7	(141,2)	(4,5)	31,2	0,8
Outras não recorrentes, líquidas	(69,9)	(2,6)	34,5	1,1	(160,0)	(4,2)
Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos e participação minoritária	15,4	0,6	(100,7)	(3,2)	(325,9)	(8,6)
Provisão para contribuição social	3,0	0,1	(1,9)	(0,1)	-	-
Provisão para imposto de renda	7,5	0,3	(2,0)	(0,1)	21,6	0,6
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes da participação minoritária	26,0	1,0	(104,6)	(3,3)	(304,3)	(8,1)
Participação minoritária	(22,8)	(0,9)	118,2	3,7	119,3	3,2
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3,2	0,1	13,6	0,4	(185,0)	(4,9)

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A receita bruta consolidada da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS foi de R\$3,1 bilhões no exercício de 2009.

Abaixo reproduzimos os comentários individuais da nossa controlada Springs Global Participações S.A. e da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Vendas

A Springs Global apresentou vendas brutas consolidadas de R\$2,8 bilhões em 2009. As vendas líquidas, R\$2,4 bilhões, ficaram 16,5% abaixo das vendas líquidas de 2008. Os significativos índices de crescimento das vendas do segmento cama, mesa e banho no Brasil e das vendas da Companhia no mercado doméstico, de 30% e 24% respectivamente, não foram suficientes para neutralizar a redução nas vendas na América do Norte. É que o mercado norte-americano representava 69% das vendas da Springs Global em 2008 e, ainda representou 56% em 2009. O mercado dos EUA sofreu com o crescimento do desemprego que ultrapassou 10% durante o ano de 2009, levando os consumidores a retraírem suas compras. Este fato, somado ao encerramento das atividades de um dos nossos principais clientes no quarto trimestre de 2008, acarretou forte redução de nossas vendas nos EUA. Apesar da queda dos volumes, verificou-se aumento de 7,8% no preço médio em 2009, refletindo a desvalorização do Real na tradução das vendas em Dólares, quando comparado ao ano anterior.

A tabela abaixo contém, para os períodos indicados, vendas líquidas, volumes em toneladas e preço médio por segmento de negócio.

Segmento	Vendas líquidas (em R\$ milhões)					Volumes em toneladas					Preço médio por quilograma		
	2009	% do total	2008	% do total	% variação 2009-2008	2009	% do total	2008	% do total	% variação 2009-2008	2009	2008	% variação 2009-2008
<i>Fashion bedding</i>	956,9	39,7%	1.223,5	42,4%	(21,8%)	57.426	32,8%	76.012	33,9%	(24,5%)	16,7	16,1	3,7%
Banho	521,4	21,7%	684,6	23,8%	(23,8%)	37.914	21,7%	55.477	24,7%	(31,7%)	13,8	12,3	12,2%
<i>Utility bedding</i>	358,6	14,9%	415,6	14,4%	(13,7%)	38.198	21,8%	50.938	22,7%	(25,0%)	9,4	8,2	14,6%
Produtos intermediários	265,6	11,0%	260,1	9,0%	2,1%	41.381	23,7%	42.029	18,7%	(1,5%)	6,4	6,2	3,2%
Outros	304,9	12,7%	298,7	10,4%	2,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.407,4	100,0%	2.882,5	100,0%	(16,5%)	174.919	100,0%	224.456	100,0%	(22,1%)	13,8	12,8	7,8%

Vendas líquidas do segmento Fashion bedding – O decréscimo de 21,8%, passando de R\$1.223,5 milhões, em 2008, para R\$956,9 milhões, em 2009, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 24,5% e um aumento do preço médio por quilograma de 3,7%. Ainda que tenha ocorrido aumento das vendas de fashion bedding no Brasil de 39,1%, ele não foi suficiente para neutralizar a redução de 37,1% nas vendas na América do Norte em função do ambiente econômico recessivo e do encerramento das atividades de um dos nossos principais clientes, naquele mercado, no quarto trimestre de 2008. O aumento do preço médio por quilograma, de 3,7% em 2009, deve-se principalmente à desvalorização do Real na tradução para reais das vendas em Dólares.

Vendas líquidas do segmento Banho – O decréscimo de 23,8% nas vendas líquidas, de R\$684,6 milhões, em 2008, para R\$521,4 milhões, em 2009, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 31,7% e um aumento do preço médio por quilograma de 12,2%. Ainda que tenha ocorrido aumento das vendas de toalhas no Brasil na ordem de 16,1%, ele não foi suficiente para neutralizar a redução de 44,1% nas vendas na América do Norte em função dos mesmos fatores já relatados. O aumento do preço médio por quilograma deve-se ao impacto da desvalorização do Real previamente mencionada e à melhora no mix dos produtos vendidos, bem com ganho, pela Companhia, de participação nos segmentos de maior valor agregado no mercado doméstico.

Vendas líquidas do segmento Utility bedding – O decréscimo de 13,7% nas vendas líquidas, de R\$415,6 milhões, em 2008, para R\$358,6 milhões, em 2009, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 25,0% e um aumento do preço médio por quilograma de 14,6%. A queda no volume de vendas em toneladas deve-se, principalmente, ao impacto da desaceleração da economia americana. O aumento do preço médio por quilograma deve-se ao impacto da desvalorização do Real previamente mencionada e à melhora no mix dos produtos vendidos.

Vendas líquidas do segmento de Produtos intermediários – As vendas deste segmento que incluem fios, tecidos crus e tecidos acabados, no mercado doméstico, cresceram 5% em relação a 2008. O aumento de 2,1%, de R\$260,1 milhões, em 2008, para R\$265,6 milhões, em 2009, decorre deste aumento de vendas no Brasil somado a uma queda nos EUA.

Vendas líquidas - Outros – Neste segmento estão incluídas as vendas da subsidiária indireta mmartan® (a partir de maio de 2009), as vendas no mercado Canadense e outras vendas diversas. As vendas deste segmento aumentaram 2,1%, passando de R\$298,7 milhões, em 2008, para R\$304,9 milhões em 2009. Em 2008, a Companhia efetuou vendas no mercado spot de energia, que não ocorreu em 2009.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos decresceu 18,6%, de R\$2.529,5 milhões, em 2008, para R\$2.058,5 milhões em 2009.

A tabela abaixo contém, para os períodos indicados, custos de materiais, custos de conversão e custos de armazenamento e distribuição, bem como a despesa de depreciação dos ativos de produção e distribuição.

(R\$ milhões)	% do total do custo dos produtos vendidos			% do total do custo dos produtos vendidos			% variação 2009-2008
	2009	% das vendas líquidas	2008	% das vendas líquidas			
Materiais	1.356,5	65,9%	1.715,6	67,8%	59,5%	(20,9%)	
Custos de conversão	535,4	26,0%	600,8	23,8%	20,8%	(10,9%)	
Custos de armazenamento e distribuição	57,8	2,8%	89,5	3,5%	3,1%	(35,4%)	
Depreciação	108,8	5,3%	123,6	4,9%	4,3%	(12,0%)	
Total	2.058,5	100,0%	2.529,5	100,0%	87,8%	(18,6%)	

Materiais – O decréscimo de 20,9% no custo de materiais, de R\$1.715,6 milhões, em 2008, para R\$1.356,5 milhões, em 2009, é atribuído à queda do volume de vendas em 2009. Em relação às vendas líquidas, os custos de materiais decresceram de 59,5%, em 2008, para 56,3% em 2009. O decréscimo no custo de materiais em relação às vendas líquidas é atribuído, preponderantemente, à maior participação de produtos fabricados pela nossa subsidiária brasileira no total dos produtos vendidos e à queda no preço de matérias-primas em decorrência do ambiente econômico mundial.

Custos de conversão – Os custos de conversão decresceram 10,9%, de R\$600,8 milhões, em 2008, para R\$535,4 milhões em 2009. Os custos de conversão aumentaram, percentualmente às vendas líquidas, de 20,8%, em 2008, para 22,2%, em 2009, devido à maior participação de produtos fabricados pela nossa subsidiária brasileira no total dos produtos vendidos, bem como ao impacto da desvalorização do Real na tradução para reais dos custos de conversão das nossas unidades industriais norte-americanas.

Custos de armazenamento e distribuição – Os custos de armazenamento e distribuição decresceram 35,4%, de R\$89,5 milhões, em 2008, para R\$57,8 milhões, em 2009, refletindo a queda no volume de vendas nos EUA, compensadas pela desvalorização do Real na tradução para reais dos custos da nossa subsidiária americana. Como percentual das vendas líquidas, os custos de armazenamento e distribuição decresceram de 3,1%, em 2008, para 2,4% em 2009.

Depreciação dos ativos de produção e distribuição – As despesas de depreciação dos ativos de produção e distribuição foram R\$123,6 milhões em 2008 e R\$108,8 milhões em 2009.

Lucro bruto e Margem bruta

Lucro bruto – O lucro bruto decresceu 1,2%, de R\$353,0 milhões, em 2008, para R\$348,9 milhões em 2009, resultado do esforço da Companhia na redução de custos e melhoria do mix de vendas.

Margem bruta – O resultado destas políticas se faz sentir e apesar da queda das vendas, ocorreu um aumento da margem bruta de 2,3 pontos percentuais, passando de 12,2%, em 2008, para 14,5% em 2009.

Receitas (despesas) operacionais

De vendas – As despesas de vendas aumentaram 16,3%, de R\$166,5 milhões, em 2008, para R\$193,6 milhões, em 2009, devido à inclusão das despesas comerciais da nossa subsidiária indireta mmartan® a partir de maio de 2009.

As despesas fixas de vendas aumentaram de R\$109,0 milhões, em 2008, para R\$145,0 milhões em 2009. Esse aumento reflete a desvalorização do Real na tradução para reais das despesas de nossa subsidiária norte-americana e na inclusão das despesas comerciais de vendas da nossa subsidiária indireta mmartan® a partir de maio de 2009.

As despesas variáveis de vendas decresceram de R\$57,5 milhões, em 2008, para R\$48,6 milhões em 2009. Em 2009 e 2008, as despesas de vendas variáveis correspondiam a 2,0% das vendas líquidas.

Gerais e administrativas e honorários da administração – As despesas gerais e administrativas e honorários da administração decresceram 7,8%, de R\$166,4 milhões, em 2008, para R\$153,4 milhões em 2009. O decréscimo deve-se, principalmente, ao esforço de racionalização empreendido pela empresa, mais que suficiente para absorver o impacto da desvalorização do Real na tradução para reais das despesas da nossa subsidiária norte-americana. Em relação às vendas líquidas, as despesas gerais e administrativas aumentaram de 5,8%, em 2008, para 6,4% em 2009. O aumento em relação às vendas líquidas reflete uma menor absorção das despesas fixas devido à queda das vendas em 2009.

Resultado financeiro

Despesas financeiras - juros e encargos – As despesas financeiras decresceram de R\$65,4 milhões, em 2008, para R\$46,5 milhões, em 2009, devido à redução do total do passivo financeiro e das taxas de juros.

Despesas bancárias, impostos, descontos e outros – As despesas bancárias, impostos, descontos e outros aumentaram de R\$38,6 milhões, em 2008, para R\$49,3 milhões, em 2009, em decorrência de descontos concedidos, dentre outros.

Receitas financeiras – As receitas financeiras decresceram de R\$24,4 milhões, em 2008, para R\$20,7 milhões em 2009. Esse decréscimo decorre do uso das disponibilidades para pagamento dos empréstimos e dos investimentos realizados em 2009, fazendo diminuir as disponibilidades médias aplicadas no mercado financeiro em 2009 em relação a 2008.

Variações cambiais líquidas – O saldo de variações cambiais líquidas passou de uma perda de R\$168,2 milhões, em 2008, para um ganho de R\$157,4 milhões em 2009. O ganho em 2009 é atribuído à apreciação do Real frente ao Dólar durante o período. Essa apreciação resultou um ganho na contabilização, à valor de mercado, de certos instrumentos financeiros derivativos, além do impacto na tradução para reais dos nossos empréstimos e financiamentos denominados em Dólar.

Outras, líquidas – As outras receitas e despesas operacionais, líquidas totalizaram despesas de R\$54,8 milhões em 2009 e R\$134,4 milhões em 2008. Essa rubrica está relacionada às despesas de reestruturação, ocorrida preponderantemente em 2008, à perda na alienação de alguns ativos fixos, à provisão para custos de arrendamentos não recuperáveis e ao parcelamento de débitos fiscais referentes aos anos-calendário de 2006 a 2008.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

Em 2009 e 2008 contabilizamos benefícios de imposto de renda no montante de R\$8,5 milhões e R\$14,9 milhões respectivamente. Contabilizamos, também, em 2009 e em 2008, benefícios de contribuição social no montante de R\$2,6 milhões e R\$4,8 milhões respectivamente.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

A SANTANENSE faturou R\$330,4 milhões no exercício de 2009. O quadro abaixo destaca os principais resultados em 2009 comparativamente ao ano de 2008.

<i>Destaques Financeiros Consolidados</i>	R\$ mil		Variação
	2009	2008	%
Receita bruta	330.439	346.259	(4,6)
Receita líquida total	265.465	280.024	(5,2)
Custo dos produtos vendidos	(196.849)	(203.458)	(3,2)
Lucro bruto	68.616	76.566	(10,4)
(<i>% sobre vendas líquidas</i>)	25,8%	27,3%	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(38.747)	(40.323)	(3,9)
Depreciações e amortizações	9.019	8.944	0,8
Lucro operacional antes do resultado financeiro	28.879	37.023	(22,0)
(<i>% sobre vendas líquidas</i>)	10,9%	13,2%	
Lucro líquido	18.760	32.916	(43,0)
Lucro por ação (R\$/ação)	0,48	0,84	(43,0)
Quantidade de ações (milhares)	39.299	39.299	-

Receita líquida

A receita líquida de vendas em 2009 atingiu R\$265,5 milhões. As vendas líquidas da Santanense decresceram em 5,2% no ano, devido à queda de 6,7% no volume produzido e vendido e crescimento de 2,2% nos preços médios.

Margem bruta

A SANTANENSE apresentou uma margem bruta no ano de 2009 de 25,8%, com queda de 1,5 pontos percentuais em relação à margem bruta obtida em 2008.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um decréscimo neste ano, devido à redução de 13,1% nas despesas com fretes e comissões. As despesas fixas, cresceram um pouco acima da inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$28,9 milhões em 2009, registrando um decréscimo de 22,0% sobre o exercício anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2009 foi uma despesa de R\$7,5 milhões, enquanto que em 2008 foi uma despesa de R\$0,5 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões		Variação %
	2009	2008	
Receitas financeiras	2,5	2,3	8,7
Juros e encargos financeiros	(4,6)	(5,9)	(22,0)
Variação cambial, líquidas	(2,5)	5,1	(304,0)
Despesas bancárias, descontos	(2,9)	(2,0)	45,0
Resultado financeiro	(7,5)	(0,5)	

A Companhia registrou perda no valor de R\$2,5 milhões em variação cambial com clientes do mercado externo.

Lucro líquido e dividendos

A SANTANENSE registrou neste exercício lucro líquido de R\$18,8 milhões ou R\$0,48 por ação. A Administração propõe à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,10719 por ação ordinária e R\$0,11790 por ação preferencial, no montante de R\$4,2 milhões, 25% do lucro líquido ajustado do exercício, excluindo-se a destinação obrigatória para reserva legal. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Abaixo reproduzimos os comentários individuais da nossa controlada Springs Global Participações S.A. e da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

A análise abaixo considera o total das operações (operações continuadas e descontinuadas), com exceção das análises efetuadas nas linhas de vendas líquidas, custo dos produtos vendidos e despesas operacionais de vendas, onde foram comparados apenas com as operações continuadas de 2007.

Vendas líquidas

As vendas líquidas, no montante de R\$2.882,5 milhões, em 2008, foram 16,9% abaixo das vendas líquidas de 2007, no montante de R\$3.468,3. A redução das vendas líquidas deve-se, em grande parte, à desaceleração da economia nos Estados Unidos e ao impacto da apreciação do Real, de 5,0%, na conversão das vendas em dólares para Reais, quando comparado com o ano anterior.

A tabela abaixo contém, para os exercícios indicados, vendas líquidas, volumes em toneladas e preço médio por segmento de negócio.

Segmento	Vendas líquidas no período de Doze Meses					Volumes em Toneladas no período de Doze Meses					Preço Médio por Quilograma no período de Doze Meses		
	Findo em 31 de Dezembro de					Findo em 31 de Dezembro de					Findo em 31 de Dezembro de		
	2007	% do Total	2008	% do Total	% Variação 2007-2008	2007	% do Total	2008	% do Total	% Variação 2007-2008	2007	2008	% Variação 2007-2008
<i>Fashion Bedding</i>	1.535,3	44,3%	1.223,5	42,4%	(20,3%)	89.331	33,5%	76.012	33,9%	(14,9%)	17,19	16,10	(6,3%)
Banho	899,5	25,9%	684,6	23,8%	(23,9%)	70.337	26,4%	55.477	24,7%	(21,1%)	12,79	12,34	(3,5%)
<i>Utility Bedding</i>	516,8	14,9%	415,6	14,4%	(19,6%)	61.360	23,0%	50.938	22,7%	(17,0%)	8,42	8,16	(3,1%)
Produtos Intermediários	235,6	6,8%	260,1	9,0%	10,4%	45.826	17,2%	42.029	18,7%	(8,3%)	5,14	6,19	20,4%
Outros	281,1	8,1%	298,7	10,4%	6,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações Continuadas	3.468,3	100,0%	2.882,5	100,0%	(16,9%)	266.854	100,0%	224.456	100,0%	(15,9%)	12,92	12,84	(0,6%)
Operações Descontinuadas	83,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.552,1		2.882,5		(18,9%)	266.854		224.456		(15,9%)	12,92	12,84	(0,6%)

Vendas líquidas do segmento Fashion Bedding – O decréscimo de 20,3%, de R\$1.535,3 milhões, em 2007, para R\$1.223,5 milhões, em 2008, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 14,9% e um decréscimo do preço médio por quilograma de 6,3%. A redução das vendas reflete, principalmente, o impacto da desaceleração da economia americana, parcialmente compensada pelo aumento das vendas no mercado brasileiro. O decréscimo do preço médio por quilograma de 6,3%, em 2008, deve-se, principalmente, ao impacto de 5,0% da apreciação do Real contra o dólar de 2007 para 2008.

Vendas líquidas do segmento Banho – O decréscimo de 23,9% nas vendas líquidas, de R\$899,5 milhões, em 2007, para R\$684,6 milhões, em 2008, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 21,1% e um decréscimo do preço médio por quilograma de 3,5%. A redução no volume de vendas em toneladas deve-se, principalmente, à desaceleração da economia americana, parcialmente compensada, pelo aumento das vendas no mercado brasileiro. O decréscimo do preço médio por quilograma é relacionado à apreciação do Real na conversão das nossas vendas em dólares para Reais da nossa subsidiária americana, Springs Global US, Inc (SGUS). O impacto negativo na conversão da moeda no preço médio por quilograma foi

parcialmente compensado por uma maior participação das vendas no mercado brasileiro no total das vendas deste segmento.

Vendas líquidas do segmento Utility Bedding – O decréscimo de 19,6% nas vendas líquidas, de R\$516,8 milhões, em 2007, para R\$415,6 milhões, em 2008, reflete uma queda no volume de vendas em toneladas de 17,0% e um decréscimo do preço médio por quilograma de 3,1%. A queda no volume de vendas em toneladas deve-se, principalmente, ao impacto da desaceleração da economia americana. O decréscimo do preço médio por quilograma deve-se ao impacto da apreciação do Real frente ao dólar, na conversão das vendas da nossa subsidiária americana para Reais, parcialmente compensado pelo aumento do preço médio por quilograma de modo a absorver o aumento do custo da principal matéria-prima, o poliéster, ocorrido nos primeiros nove meses do ano .

Vendas líquidas do segmento de Produtos Intermediários – As vendas deste segmento incluem fios, tecidos crus e tecidos acabados. O aumento de 10,4% das vendas líquidas, de R\$235,6 milhões, em 2007, para R\$260,1 milhões, em 2008, reflete um aumento do preço médio por quilograma de 20,4% e uma queda no volume de vendas em toneladas de 8,3%. O aumento no preço médio por quilograma em 2008, comparado com 2007, deve-se, principalmente, à mudança no mix, com uma maior participação da venda de tecidos, o qual possui preço médio por quilograma maior que o preço de fios. Por sua vez, a queda no volume de vendas em toneladas decorre da maior utilização de produtos intermediários na confecção de produtos acabados destinados ao mercado brasileiro.

Vendas líquidas - Outros – Neste segmento estão incluídas as vendas no mercado Canadense, as vendas da Springs Direct, que operava a nossa cadeia de lojas de varejo (outlets) nos Estados Unidos até o final de 2007, e outras vendas diversas. As vendas deste segmento aumentaram 6,3%, de R\$281,1 milhões, em 2007, para R\$298,7 milhões em 2008.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos decresceu 21,0%, de R\$3.201,6 milhões, em 2007, para R\$2.529,5 milhões em 2008.

A tabela abaixo contém, para os exercícios indicados, custos de materiais, custos de conversão e custos de armazenamento e distribuição, bem como a despesa de depreciação dos ativos de produção e distribuição.

(R\$ milhões)	Período de Doze Meses Findo em 31 de Dezembro de						
	% do Total do			% do Total do			Var. %
	2007	Custo dos Produtos Vendidos	% das Vendas Líquidas	2008	Custo dos Produtos Vendidos	% das Vendas Líquidas	
Materials	2.145,9	67,0%	61,9%	1.715,6	67,8%	59,5%	(20,1%)
Custos de Conversão	790,7	24,7%	22,8%	600,8	23,8%	20,8%	(24,0%)
Custos de Armazenamento e Distribuição	125,3	3,9%	3,6%	89,5	3,5%	3,1%	(28,6%)
Depreciação	139,7	4,4%	4,0%	123,6	4,9%	4,3%	(11,5%)
Operações Continuadas	3.201,6	100,0%	92,3%	2.529,5	100,0%	87,8%	(21,0%)
Operações Descontinuadas	71,3			-			-
Total	3.272,9			2.529,5			(22,7%)

Materiais – O decréscimo de 20,1% no custo de materiais de R\$2.145,9 milhões, em 2007, para R\$1.715,6 milhões, em 2008, é atribuído à queda do volume de vendas e,

também, ao impacto da apreciação do Real contra o dólar na conversão dos custos de materiais que são, preponderantemente, atrelados ao dólar. Em relação às vendas líquidas, os custos de materiais decresceram de 61,9%, em 2007, para 59,5% em 2008. O decréscimo no custo de materiais em relação às vendas líquidas é atribuído ao maior percentual de produtos fabricados pela nossa subsidiária brasileira e demonstra a extraordinária capacidade da Companhia na administração das compras de seus insumos apesar do aumento dos preços das commodities ocorrido durante os primeiros nove meses do ano.

Custos de conversão – Os custos de conversão decresceram 24,0%, de R\$790,7 milhões, em 2007, para R\$600,8 milhões em 2008. Os custos de conversão decresceram, percentualmente às vendas líquidas, de 22,8%, em 2007, para 20,8% em 2008. Esse decréscimo reflete o impacto da consolidação de nossas unidades de produção, além da apreciação do Real na conversão dos custos da nossa subsidiária americana.

Custos de armazenamento e distribuição – Os custos de armazenamento e distribuição decresceram 28,6%, de R\$125,3 milhões, em 2007, para R\$89,5 milhões em 2008. Como percentual das vendas líquidas, os custos de armazenamento e distribuição decresceram de 3,6%, em 2007, para 3,1% em 2008. Esse decréscimo é devido aos esforços na consolidação de nossos armazéns nos Estados Unidos. Adicionalmente, o custo de armazenamento foi menor devido ao impacto da apreciação do Real na conversão dos custos da nossa subsidiária americana.

Depreciação dos ativos de produção e distribuição – As despesas de depreciação dos ativos de produção e distribuição foram R\$139,7 milhões, em 2007, e R\$123,6 milhões em 2008.

Lucro bruto e Margem bruta

Lucro bruto – O esforço contínuo na redução de custos que a Companhia vem fazendo surtiu resultado e propiciou, apesar da queda das vendas, um aumento do lucro bruto de 26,4%, de R\$279,2 milhões, em 2007, para R\$353,0 milhões em 2008.

Margem bruta – A margem bruta aumentou 4,5 pontos percentuais, passando de 7,9%, em 2007, para 12,2% em 2008.

Receitas e despesas operacionais

De vendas – As despesas de vendas caíram 2,8%, de R\$171,3 milhões, em 2007, para R\$166,5 milhões em 2008.

As despesas fixas de vendas foram de R\$123,1 milhões, em 2007, para R\$109,0 milhões em 2008. Como percentual das vendas líquidas, as despesas fixas de vendas aumentaram de 3,5%, em 2007, para 3,8%, em 2008, refletindo a queda no volume de vendas.

As despesas variáveis de vendas aumentaram de R\$48,2 milhões, em 2007, para R\$57,5 milhões em 2008. Em relação às vendas líquidas, as despesas de vendas variáveis aumentaram de 1,4%, em 2007, para 2,0%, em 2008. As despesas variáveis de vendas não decresceram proporcionalmente à queda das vendas em decorrência do aumento do custo de frete na subsidiária brasileira e ao aumento da provisão para

devedores duvidosos, tendo em vista o pedido de recuperação judicial de alguns clientes no mercado norte-americano.

Gerais e administrativas – As despesas gerais e administrativas decresceram 29,6%, de R\$236,5 milhões, em 2007, para R\$166,4 milhões em 2008. Em relação às vendas líquidas, as despesas gerais e administrativas decresceram de 6,7%, em 2007, para 5,8% em 2008. O decréscimo deve-se, principalmente, à racionalização das despesas gerais e administrativas da nossa subsidiária americana e, também, ao impacto da apreciação do Real na conversão das despesas da nossa subsidiária americana.

Despesa de depreciação incluída em receitas (despesas) operacionais – As despesas de depreciação incluídas nas despesas de vendas, gerais e administrativas, acima descritas, decresceram de R\$36,1 milhões, em 2007, para R\$14,2 milhões, em 2008.

Resultado financeiro

Despesas financeira, juros e encargos – A despesa financeira decresceu de R\$93,0 milhões, em 2007, para R\$65,4 milhões, em 2008, devido à redução do total do passivo financeiro e das taxas de juros, proporcionada pelo refinanciamento da dívida da subsidiária americana.

Despesas bancárias, impostos, descontos e outros – As despesas bancárias, impostos, descontos e outros decresceram de R\$41,0 milhões, em 2007, para R\$38,6 milhões em 2008.

Receita financeira – As receitas financeiras aumentaram de R\$19,1 milhões, em 2007, para R\$24,4 milhões, em 2008, devido ao investimento de parte dos recursos oriundos do IPO no terceiro trimestre de 2007 e ao aumento de capital no quarto trimestre de 2008.

Variações cambiais, líquidas – Houve uma inversão do saldo de variações cambiais no total de R\$217,0 milhões, passando de um ganho de R\$48,8 milhões, em 2007, para uma perda de R\$168,2 milhões, em 2008, devido à desvalorização do Real frente ao dólar, ocorrida nos últimos quatro meses do ano, a qual impactou a conversão dos nossos empréstimos e financiamentos em dólar, bem como a contabilização pelo valor de mercado, em 31 de dezembro de 2008, de certos instrumentos financeiros derivativos os quais foram contratados pela Companhia com o objetivo de assegurar a rentabilidade nas exportações a serem realizadas por sua subsidiária brasileira para suas controladas e clientes no exterior. Deve-se destacar que as taxas de câmbio contratadas nestes instrumentos financeiros derivativos, asseguram rentabilidade às exportações da subsidiária brasileira.

Outras líquidas – As outras líquidas totalizaram R\$137,9 milhões, em 2007, e R\$134,4 milhões em 2008. Essa rubrica está relacionada, principalmente, à reestruturação das operações de produção da nossa subsidiária americana, refletindo (i) o fechamento de mais duas fábricas, uma nos EUA e outra no México, (ii) a reorganização da nossa equipe de colaboradores e (iii) a perda com o valor recuperável de alguns ativos fixos, principalmente, os que estão disponíveis à venda. Em 2007, outras despesas não recorrentes, líquidas também incluíam perda nas operações descontinuadas e custos relacionados ao fechamento de algumas unidades de produção.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

Em 2008, contabilizamos benefícios de imposto de renda no montante de R\$14,9 milhões. Contabilizamos, também, em 2008, benefícios de contribuição social no montante de R\$4,8 milhões.

Resultado do exercício

Registramos uma perda de R\$342,4 milhões, em 2008, comparado com uma perda de R\$300,9 milhões em 2007, ainda que o resultado das atividades operacionais da Companhia tenha evoluído de um prejuízo de R\$130,1 milhões, em 2007, para um lucro de R\$20,2 milhões em 2008.

O resultado do exercício de 2008, ainda que negativo, deve ser analisado à luz da desaceleração do mercado norte-americano desde o início de 2008, do impacto da desvalorização cambial do Real frente ao dólar, ocorrida nos últimos quatro meses de 2008, e do impacto das despesas não recorrentes resultantes da reestruturação para que a companhia possa enfrentar o ano de 2009. Esses itens afetaram substancialmente o resultado do exercício.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

A receita bruta da Comanhia Tecidos Santanense foi de R\$346,3 milhões no exercício de 2008. O quadro abaixo destaca os principais resultados em 2008 comparativamente ao ano de 2007.

<i>Destaques Financeiros Consolidados</i>	R\$ mil		Variação
	2008	2007	%
Receita líquida total	280.024	245.826	13,9
Custo dos produtos vendidos	(203.458)	(188.537)	7,9
Lucro Bruto	76.566	57.289	33,6
<i>(% sobre vendas líquidas)</i>	<i>27,3%</i>	<i>23,3%</i>	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(40.323)	(38.448)	4,9
Depreciações e amortizações	8.944	8.677	3,1
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	37.023	18.915	95,7
<i>(% sobre vendas líquidas)</i>	<i>13,2%</i>	<i>7,6%</i>	
Lucro líquido	32.916	5.867	461,0
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,84	0,15	461,0
Quantidade de ações (milhares)	39.299	39.299	-

Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2008 atingiu R\$280,0 milhões. A SANTANENSE cresceu as vendas líquidas no ano em 13,9%, devido ao crescimento de 11,4% nos preços médios e 1,5% do volume produzido e vendido.

Custo dos Produtos Vendidos

A SANTANENSE apresentou uma margem bruta no ano de 2008 de 27,3%, com crescimento de 4 pontos percentuais em relação à margem bruta obtida em 2007.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo neste ano, devido ao aumento 16,0% nas despesas com fretes e comissões, com as despesas fixas permanecendo estáveis em relação ao exercício anterior.

Resultado Operacional

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro foi de R\$37,0 milhões em 2008, registrando um crescimento de 95,7% sobre o exercício anterior.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido em 2008 foi uma despesa de R\$0,5 milhão, enquanto que em 2007 foi uma despesa de R\$11,9 milhões.

Lucro Líquido e Dividendo

A SANTANENSE registrou neste exercício lucro líquido de R\$32,9 milhões ou R\$0,84 por ação. A Administração propõe à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos de R\$0,19829 por ação ordinária e R\$0,21812 por ação preferencial, no montante de R\$7,8 milhões, 25% do lucro líquido ajustado do exercício, excluindo-se a destinação obrigatória para reserva legal.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Além dos impactos comentados nas seções anteriores, não houve impacto significativo nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação indireta em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas indiretas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

A controlada indireta SGPSA possui instrumentos derivativos que visam protegê-la de flutuações de câmbio em suas exportações, empréstimos e outros.

Além dos impactos comentados acima e nas seções anteriores, não houve outro impacto significativo no resultado operacional e nas receitas e despesas financeiras.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2007, a controlada indireta SGUS finalizou as negociações de venda dos acervos líquidos dos ativos relativos às suas unidades de negócios que não eram consideradas estratégicas para aquela controlada. A venda da unidade de negócios "Creative Products" foi concluída no 1º trimestre de 2007 e a venda das unidades de negócios "Baby" e "Juvenile" foi concluída no 4º trimestre de 2007.

A tabela abaixo apresenta o resumo das operações descontinuadas registradas nas demonstrações de resultado em 31 de dezembro de 2007:

Vendas líquidas	83.811
Margem bruta	12.555
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(11.127)
Outras operacionais	(4)
Lucro líquido	1.423

O resultado na venda dessas unidades de negócios foi uma perda no valor de R\$29.153 registrados na rubrica "Outras, líquidas" em 31 de dezembro de 2007.

Além dos impactos comentados acima e do evento comentado em 10.3.b abaixo, não houve outra alienação ou introdução de segmentos operacionais nos anos de 2007 a 2009.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da MMartan Têxtil Ltda.

Conforme fato relevante publicado em 7 de maio de 2009, a controlada SGPSA, em 30 de abril de 2009, passou a deter participação de 64,7% no capital social da Springs e Rossini Participações S.A. ("SRPSA").

A SRPSA é uma empresa cujo capital está representado por 92.291 ações ordinárias e possui um único ativo que são as quotas representativas do capital social da MMartan Têxtil Ltda.

Pela participação de 64,7% no capital social da SRPSA, a SGPSA adquiriu e subscreveu ações da SRPSA, totalizando um investimento de R\$56.249.

Além do evento comentado acima, não houve outra aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10.4

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") as quais contemplam as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941/09 as quais alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei 6.404/76.

2009

Em 2009, até a data de preparação das demonstrações financeiras, novos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações haviam sido emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados por Deliberações da CVM, com aplicação mandatória a partir de 2010.

A Administração da Companhia está analisando os impactos e alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos e até a preparação das demonstrações financeiras, não foram identificados ajustes relevantes que possam impactar as demonstrações financeiras.

No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

2008

Em decorrência da promulgação da Lei e Medida Provisória comentadas acima, durante o ano de 2008, foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória a partir do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

As principais alterações aplicáveis à Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registra os direitos que tenham por

objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

- Obrigatoriedade de registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive os decorrentes de operações de arrendamento mercantil, quando classificados como “leasing” financeiro.
- Eliminação do subgrupo “Diferido”, o qual incluía anteriormente os gastos pré-operacionais que deverão ser ajustadas para lucros acumulados no balanço de abertura em 2007 ou ser amortizados até o seu desaparecimento, não sendo capitalizados novos gastos de natureza semelhante. A Companhia procedeu à baixa integral dos valores do ativo diferido em 1 de janeiro de 2007.
- Eliminação da apresentação da conta “resultado não operacional” na demonstração do resultado.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- As transações com funcionários, administradores e terceiros, liquidados pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia, incluindo plano de opções de ações, nas quais a Companhia recebe produtos ou serviços em contrapartida a esses instrumentos patrimoniais, devem ser reconhecidos como despesas de acordo com sua natureza.
- Criação dos subgrupos de contas “ajustes de avaliação patrimonial” e “ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido: o primeiro para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a valores de mercado, principalmente instrumentos financeiros; e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle. A segunda para permitir o registro da variação cambial referente à tradução das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior para moeda funcional da controladora.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos devem ser reconhecidos em conta de reserva de capital.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, juntamente com as demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, foram ajustadas para incluir as mudanças de práticas contábeis introduzidas em 2008, conforme previsto na "Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros". Os efeitos são como segue:

	Patrimônio líquido em 31.12.2006	Prejuízo líquido do exercício findo em 31.12.2007	Patrimônio líquido em 31.12.2007
Saldo antes das mudanças de práticas contábeis	1.738.643	(257.593)	1.481.050
Eliminação do subgrupo do ativo diferido (consolidado)	(6.058)	1.015	(2.770)
Eliminação do subgrupo do ativo diferido (minoritários)	2.273	-	-
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	56.198	-
Gastos incorridos na captação de recursos	-	15.374	-
Saldo após as mudanças de práticas contábeis	1.734.858	(185.006)	1.478.280

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

No parecer dos auditores relativo às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008, continha a seguinte ênfase:

"Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros"....."

10.5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E SUAS CONTROLADAS

Atualizações monetárias e cambiais

Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiárias no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

Disponível

Representado por valores de liquidez imediata e com vencimento original até 90 dias, apresentadas ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários

Representados por valores de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias, apresentadas ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado.

Instrumentos derivativos

Os contratos de NDF ("Non Deliverable Forward") são classificados e registrados, pelo seu valor justo. Para os contratos designados como "hedge" de fluxo de caixa para as exportações projetadas consideradas prováveis e cuja efetividade pode ser mensurada e comprovada, os ganhos e perdas não realizados são registrados diretamente no patrimônio líquido e, quando realizados, ou quando a designação de "hedge" é revogada, são reconhecidos no resultado. Os contratos de NDF que não são designados como "hedge" de fluxo de caixa e os contratos de opções são registrados a valor justo nas contas patrimoniais e os ganhos e perdas apurados na data das demonstrações financeiras são registrados no resultado.

Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo e de curto prazo, são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação quando os efeitos são relevantes.

Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e são inferiores aos valores de realização.

Imobilizado disponível para venda

Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso e estão registrados pelos valores esperados de realização.

Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São reconhecidos como despesas quando incorridos.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

Intangível

Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem, para verificar se o seu valor contábil será recuperado. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício.

Provisão para imposto de renda

A provisão para imposto de renda das controladas sediadas no Brasil é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável acrescido do adicional de 10% e registrada como se devida fosse, de acordo com a legislação fiscal. A parcela da provisão relativa à redução e à isenção do imposto de renda é registrada a crédito do resultado. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38% de acordo com a legislação vigente em cada país.

Provisão para contribuição social

É constituída provisão para contribuição social para as controladas sediadas no Brasil, que está refletida após o lucro operacional e calculada, à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas.

Provisão para contingências

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas.

Planos de aposentadoria complementar

Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas para o registro de certas transações contábeis que afetam os saldos ativos e passivos, a provisão de contingências, a provisão para devedores duvidosos, a vida útil e o valor recuperável dos ativos permanentes, o registro de receitas e despesas do exercício e as projeções para determinação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos. Como o julgamento da Administração envolve as estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados podem divergir destas estimativas.

Remuneração por ações

Os instrumentos cuja liquidação é efetuada através de ações de emissão da Companhia são mensurados ao valor justo das opções na data da outorga e a despesa é reconhecida linearmente ao longo do período pelo qual os benefícios foram adquiridos ("vesting period").

Lucro (prejuízo) por ação

Calculado com base nas ações em circulação nas datas de encerramento dos períodos.

Critérios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	<u>Participação, direta e indireta no capital total - %</u>
Coteminas International Ltd.	100
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100
Springs Global Participações S.A.	68
Oxford Comércio e Participações S.A.	59
American Sportswear Ltda.	100
Companhia Tecidos Santanense	53

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão". As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas minoritários.

A controlada Springs Global Participações S.A., ("Springs") controladora da Coteminas S.A. e Springs Global US, Inc., com 100% do capital social de ambas as Companhias, e controladora da SRPSA com 64,7% do capital social, foram incluídas no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da Companhia Tecidos Santanense com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

10.6 CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia acredita que o sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é

avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas pela área de controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nos relatórios emitidos nos últimos exercícios não foram identificadas falhas que pudessem colocar em risco a efetividade dos controles internos da Companhia e a continuidade dos seus negócios.

A Companhia não recebeu os comentários auditoria independente sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

10.7 OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública de ações da Companhia no período de 2007 a 2009.

b. Desvios relevantes entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Securitização de recebíveis

A controlada indireta SGUS, possui financiamento, chamado de "Securitização SABRE", que consiste na securitização de recebíveis "trade receivable securitization facility" no valor máximo de US\$90 milhões. Sob a Securitização SABRE, as faturas do contas a receber de alguns clientes específicos são vendidas, continuamente, para a Sabre US, Inc. ("Sabre"), uma Entidade para Propósitos Especiais (EPE), que também é considerada como "bankruptcy-remote". A Sabre é uma subsidiária integral da controlada indireta SGUS e é uma entidade legal que assume os riscos e os benefícios dos recebíveis comprados.

A controlada indireta SGUS continua responsável pelas obrigações com os clientes, tais como devoluções e descontos promocionais. A Sabre mantém uma apólice de seguro

de crédito com uma seguradora, a qual garante um limite contratual do saldo em aberto dos recebíveis vendidos.

Por sua vez, a Sabre concede uma participação integral, ou parcial, dos recebíveis segurados para uma instituição financeira. Em seguida, a Sabre obtém o empréstimo, que não pode ultrapassar 90% do saldo em aberto dos recebíveis segurados que foram fornecidos como garantia à instituição financeira. Caso não haja liquidez em qualquer recebível segurado, a instituição financeira contratada será a beneficiária na apólice de seguro de crédito. A disponibilidade dos fundos sob a Securitização SABRE varia de acordo com o volume dos recebíveis recém adquiridos e com o nível de realização dos recebíveis que foram vendidos anteriormente. Os juros são pagos pela Securitização SABRE à instituição financeira e a taxa de juros é baseada na "Libor" mais 0,825%. O contrato foi modificado em 23 de janeiro de 2010 e o vencimento foi atualizado para 22 de julho de 2011. O valor máximo da securitização foi alterado para US\$75 milhões e a taxa de juros ajustada para "Libor" mais 1,6%.

Arrendamento mercantil

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de "leasing" operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2009 foi de R\$44.705 (R\$45.413 em 2008). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil ("sub-leasing") de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2009 foi de R\$3.213 (R\$1.404 em 2008). A controlada indireta SGUS possui provisão de R\$20.905, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A contabilização da securitização SABRE, mencionada no item 10.8, não impacta o resultado da Companhia.

b. Natureza e propósito da operação

A securitização SABRE foi contratada com a finalidade de reestruturar a dívida da controlada indireta SGUS, através da securitização de recebíveis, que permitiu uma redução nos custos de financiamento de aproximadamente 7 pontos percentuais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo líquido a vencer dos recebíveis vendidos sob este contrato é de R\$85.538 (R\$125.685 em 31 de dezembro de 2008).

10.10 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

a. Investimentos

A controlada SGPSA protocolou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES o projeto denominado Revitaliza, um financiamento no valor de R\$100 milhões destinado à ampliação e modernização das unidades fabris sediadas no Brasil.

Esse projeto foi aprovado pelo BNDES e está em fase de comprovação dos investimentos já realizados nos 6 meses anteriores ao protocolo, no montante de R\$63,7 milhões, que será destinado à recomposição das disponibilidades da SGPSA. O restante, R\$36,3 milhões, será destinado à investimentos que serão realizados no decorrer de 2010.

O total financiado será de R\$100 milhões, a uma taxa de 9% a.a. para 73% do contrato e 4,5% a.a. para o restante. O prazo total será de 78 meses, incluindo 18 meses de carência.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.



COTEMINAS
Companhia de Tecidos Norte de Minas

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, e §1º, inciso II da Instrução CVM nº 481/2009.

ANEXO 9-1-II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(em milhares de Reais)

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Informar o lucro líquido do exercício: | R\$3.167 |
| 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado: | R\$1.003
R\$0,0086 por ação |
| 3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído: | 31,67% |
| 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: | Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores. |
| 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados: | |
| (a) Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio já declarados. | Não houve. |
| (b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio. | Não aplicável. |
| (c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. | Não aplicável. |
| (d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento. | A ser deliberado na AGO. |
| 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital | |



**próprio com base em lucros
apurados em balanços semestrais
ou em períodos menores:**

- (a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados. Não houve.
- (b) Informar a data dos respectivos pagamentos. Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido	3.167	13.624	(257.593)	47.685
Ações ordinárias (ON)	43.531.958	43.531.958	43.531.958	2.176.597.891
Ações preferenciais (PN)	73.143.333	73.143.333	73.143.333	3.657.166.671
Total	116.675.291	116.675.291	116.675.291	5.833.764.562
Lucro (prejuízo) líquido por ação	R\$ 0,0271	R\$ 0,1168	(R\$ 2,2078)	R\$0,0082

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	2008	2007	2006
Total de dividendos (R\$000)	1.003	4.314	-	15.100
Dividendo por ação ON	R\$0,0086	R\$0,0370	-	R\$0,0026
Dividendo por ação PN	R\$0,0086	R\$0,0370	-	R\$0,0026

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- (a) Identificar o montante destinado à reserva legal. R\$158
- (b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal. 5% do lucro líquido do exercício.



9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Artigo 22 - O lucro líquido apurado em Balanço nos termos da Lei nº 6.404/76 será distribuído da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) destinados ao Fundo de Reserva Legal até perfazer 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b) 1/3 (um terço) para pagamento de dividendos aos acionistas possuidores de ações ordinárias e preferenciais, com a inclusão do resultado da equivalência Patrimonial das Controladas;

c) Atendidos os preceitos e limite que estabelece a Lei, os Diretores terão o direito a uma participação de até 10% (dez por cento), calculada nos termos do art. 190 da lei 6.404/76, do período que remanescerem, distribuída a critério do Conselho de Administração.

d) O saldo que houver, será destinado, por deliberação da Assembléia Geral, conforme proposta dos órgãos da administração.

Parágrafo 1º - Os dividendos serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que for declarado.

Parágrafo 2º - Os dividendos não

- | | |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | reclamados, decorridos 3 (três) anos do início de sua distribuição prescreverão em favor da sociedade. |
| (b) Informar se ele está sendo pago integralmente. | O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. |
| (c) Informar o montante eventualmente retido. | Não aplicável |

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| (a) Informar o montante da retenção. | Não aplicável. |
| (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos. | Não aplicável. |
| (c) Justificar a retenção dos dividendos. | Não aplicável. |

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- | | |
|-----------------------------------------------------------|----------------|
| (a) Identificar o montante destinado à reserva. | Não aplicável. |
| (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa. | Não aplicável. |
| (c) Explicar o porque a perda foi considerada provável. | Não aplicável. |
| (d) Justificar a constituição da reserva. | Não aplicável. |

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar. | Não aplicável |
| (b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva. | Não aplicável |

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

- | | |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva. | Descritas no item acima. |
| (b) Identificar o montante destinado à | Não houve. |



reserva.

- | | |
|----------------------------------------------|------------|
| (c) Descrever como o montante foi calculado. | Não houve. |
|----------------------------------------------|------------|

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- | | |
|---------------------------------------------|----------------|
| (a) Identificar o montante da retenção. | R\$2.203 |
| (b) Fornecer cópia do orçamento de capital. | Vide em anexo. |

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

- | | |
|----------------------------------------------|----------------|
| (a) Informar o montante destinado à reserva. | Não aplicável. |
| (b) Explicar a natureza da destinação. | Não aplicável. |



COTEMINAS
Companhia de Tecidos Norte de Minas

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, e §1º, inciso II da Instrução CVM nº 481/2009.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

(em milhares de Reais)

Propomos o "Orçamento de Capital" para 2010 no montante de R\$3.000 visando atender o Plano de investimentos do exercício.

Aplicação dos recursos:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
<i>Capital fixo:</i>	
Outros investimentos	3.000

	3.000
Total a investir	3.000
	=====

Fontes dos recursos:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Retenção de lucros	2.203
Recursos próprios	797

	3.000
	=====

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2010, com informações requeridas pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas ("Companhia") vem apresentar aos seus Acionistas as propostas sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2010, às 11 horas, na Av. Magalhães Pinto, 4000, parte, Bairro Planalto, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na sede da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data:

(a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

A administração da Companhia propõe que os Acionistas examinem as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e, após exame, aprovem os referidos documentos tal como aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março 2010 e publicadas pela Companhia em 31 de março de 2010, nos jornais Jornal de Notícias e no Diário Oficial de Minas Gerais.

Os mencionados documentos, juntamente com os pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, encontram-se disponíveis no seu site (www.ctnm.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br), nos termos da Instrução CVM 481/09.

(b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos.

A administração da Companhia propõe a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como demonstrada no quadro abaixo, conforme aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2010 e prevista nas demonstrações financeiras.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação:

	2009
Lucro líquido do exercício	3.167
Reserva legal	(158)

Lucro líquido ajustado	3.009
	=====
Dividendos propostos (33%)	1.003
	=====

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas Demonstrações Financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembléia da Companhia.

Informações adicionais sobre a proposta de destinação do resultado apresentada pela administração, incluindo comparações com os exercícios anteriores, estão disponíveis no site da Companhia (www.ctnm.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br), em conformidade com o art. 9º, §1º, II da Instrução CVM nº 481/09.

(c) eleger os membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos administradores

A administração da Companhia propõe que sejam (re)eleitos, com mandato de 1 (um) ano, até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2011, os seguintes membros para o Conselho de Administração:

Josué Christiano Gomes da Silva - Presidente
Mariza Campos Gomes da Silva
Maria da Graça Campos Gomes da Silva
Patrícia Campos Gomes da Silva
Antônio Gomes da Silva Filho
Luiz de Paula Ferreira

A Administração da Companhia propõe um montante global e anual de até R\$2.000 mil para remuneração dos administradores da Companhia (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria).

Informações detalhadas sobre os candidatos indicados acima, incluindo sua experiência profissional, encontram-se disponíveis no site da Companhia (www.ctnm.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br), em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM 481/09.

Montes Claros - MG, 14 de abril de 2010.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração



COTEMINAS
Companhia de Tecidos Norte de Minas

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.
REGISTRO NA CVM	n.º 00315-8
SEDE	Avenida Magalhães Pinto, 4.000, CEP 39404-166 – Planalto, Montes Claros, MG.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTNM3 e CTNM4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

12.6 – Administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
Josué Christiano Gomes da Silva	46	Engenheiro	493.795.776-72	Presidente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Diretor Presidente	Sim
Mariza Campos Gomes da Silva	75	Bacharela em Enfermagem	056.610.046-05	Vice-Presidente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	51	Estilista	401.273.896-87	Conselheira	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Patrícia Campos Gomes da Silva	49	Decoradora de Interiores	958.037.426-00	Conselheira	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Antonio Gomes da Silva Filho	73	Comerciante	022.411.026-87	Conselheiro	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Luiz de Paula Ferreira	92	Advogado e Industrial	003.260.976-00	Conselheiro	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Diretor Vice-Presidente	Sim

Conselho de Administração – Suplentes

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
Maria Cristina Gomes da Silva	47	Bacharela em Direito	563.631.416-72	Conselheira Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro	71	Advogado e Comerciante	009.645.736-87	Conselheiro Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Norton Antonio Fagundes Reis	60	Advogado e Bacharel em Ciências Contábeis	138.351.226-49	Conselheiro Suplente	30/04/2010		1 ano	Não	Sim
Vicente de Paulo Luca	70	Bacharel em Ciências Contábeis	073.215.386-72	Conselheiro Suplente	30/04/2010		1 ano	Não	Sim
João Gustavo Rebelo de Paula	41	Engenheiro	692.239.806-82	Conselheiro Suplente	30/04/2010		1 ano	Não	Sim
João Batista da Cunha Bomfim	70	Bacharel em Direito e Contabilista	006.498.306-44	Conselheiro Suplente	30/04/2010	10	1 ano	Diretor e de Rel. com Investidores	Sim

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
César Pereira Vanucci	77	Bacharel em Direito	001.710.266-91	Conselheiro	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
João Martinez Fortes Júnior	48	Contador	060.190.948-80	Conselheiro	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Olíam José		Bacharel em Direito		Conselheiro	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Danilo Achilles Savassi	87	Bacharel em Direito	001.377.156-68	Conselheiro Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Ildeu da Silveira e Silva	69	Bacharel em Direito	002.116.486-04	Conselheiro Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim
Fernando Valente Pimentel		Economista e Bacharel em Administração de empresas	403.165.307-78	Conselheiro Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	Não	Sim

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês:

A emissora não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ou qualquer outro colegiado que não os acima mencionados.

12.8 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, segue abaixo os currículos e outras informações:**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Josué Christiano Gomes da Silva. Formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de *Vanderbilt, Tennessee* (EUA). É presidente do conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Wembley Palace Hotel Ltda., sociedade da área hoteleira; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; e Copar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações. O Sr. Josué é membro do conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo, vice presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”, membro do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL. É Presidente do Conselho de Administração e diretor-presidente da Springs Global Participações S.A. desde 24 de janeiro de 2006, e, também, diretor de relações com investidores e diretor financeiro desde 30 de maio de 2007.

Mariza Campos Gomes da Silva. – Bacharela em Enfermagem – Escola de Enfermagem Ana Nery – Rio de Janeiro – RJ, Inglês Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Francês e Italiano – Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais, Vice - Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações- ENCORPAR, Vice - Presidente do Conselho de Administração e Diretora Vice - Presidente Wembley Sociedade Anônima, membro do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE e Diretora Vice - Presidente da Wembley Pálace Hotel.

Maria da Graça Campos Gomes da Silva. - Estilista - Membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima, da Companhia Tecidos Santanense, da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e diretora da José Alencar Gomes da Silva - Comércio, Participações, e Empreendimentos S/A.

Patrícia Campos Gomes da Silva. - Decoradora de Interiores - Membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense.

Antônio Gomes da Silva Filho. - Comerciante há vários anos e membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense.

Luiz de Paula Ferreira. - Bacharel em Direito e Contador, Empresário e Produtor Rural, Professor de Contabilidade Industrial e Deputado Federal - 1967-70, fundador e membro do Cons. de Administração e Diretor Vice-Presidente da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, ECONORTE Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., Fazenda do Cantagalo Ltda, e ECOPAR - Empresa de Comércio e Participações Ltda. e membro do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A. – ENCORPAR e da Companhia Tecidos Santanense.

Conselheiros de Administração Suplentes

Maria Cristina Gomes da Silva. - Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (BH), membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense.

Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro. - Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas. Foi fundador e sócio-gerente da Minas Distribuidora de Tecidos Ltda. Fundador e sócio-gerente da Reserva Participação e Serviço Ltda. Membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense.

Norton Antonio Fagundes Reis. – Bacharel em Direito, membro suplente do conselho de administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

Vicente de Paulo Luca. – Bacharel em Ciências Contábeis, membro suplente do conselho de administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

João Gustavo Rebello de Paula. - Formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agripecuária; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e

participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro suplente do conselho de administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Companhia Tecidos Santanense e membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A., desde 24 de janeiro de 2006.

João Batista da Cunha Bomfim. - Técnico em Contabilidade e Bacharel em Direito, Cursos/incentivos Fiscais e Fisc. de Projetos-Sudene, Curso de Direito Trabalhista: Inst. dos Advogados em Minas Gerais-1972 Administração Financeira - ADF IV UFMG; Análise Financeira e Cont. Administrativo-Fundação João Pinheiro e Finanças, membro suplente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, Diretor da Wembley Sociedade Anônima, da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR e da Companhia Tecidos Santanense, e membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A.

Conselheiros Fiscais

César Pereira Vanucci. – Bacharel em Direito e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR, da Companhia Tecidos Santanense e da Springs Global Participações.

João Martinez Fortes Júnior. – Contador e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e da Springs Global Participações S.A.

Oílham José. – Bacharel em Direito e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR e da Companhia Tecidos Santanense.

Conselheiros Fiscais Suplentes

Danilo Achilles Savassi. – Bacharel em Direito e membro suplente do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR e da Springs Global Participações S.A.

Ildeu da Silveira e Silva. – Bacharel em Direito e membro suplente do conselho fiscal da CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS, da EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, CRÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. – ENCORPAR e da SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A..

Fernando Valente Pimentel, Economista, formado em Economia e Administração de Empresas com especialização e marketing pela Faculdade Cândido Mendes – Rio de Janeiro. Diretor Superintendente da ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção desde 2005. Coordenador do Comitê Setorial de Índigo da ABIT. Coordenador do Comitê Setorial de Camisaria da ABIT. Atua no setor Têxtil e de confecção desde 1977, é membro suplente do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

12.8 - Informações sobre os administradores e membros do conselho fiscal:

Todos os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor –

Os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia possuem grau de parentesco de primeiro e segundo graus, a saber:

Josué Christiano Gomes da Silva	Filho
Mariza Campos Gomes da Silva	Mãe
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	Irmã
Patrícia Campos Gomes da Silva	Irmã

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor –

O Sr. Josué Christiano Gomes da Silva tem parentes em 1º e 2º graus na controlada Companhia Tecidos Santanense.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, direta ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos, do emissor –

A família do Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente é controladora indireta da emissora e parentes em 1º e 2º graus dele participam dos órgãos de administração das companhias controladas direta e indiretamente pela emissora.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas, do emissor –

A família do Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente é controladora indireta da emissora e parentes em 1º e 2º graus dele participam dos órgãos de administração das companhias que detêm o controle direto e indireto da emissora.

A família do Sr. Luiz de Paula Ferreira, Conselheiro de Administração da emissora, é acionista da controladora e possui parente em 1º grau nos órgãos de administração da controlada Springs Global Participações S.A.

12.10 – Informar relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do C.A. e Diretor Presidente da emissora é Diretor Presidente das controladas diretas da emissora, Springs Global Participações S.A., e Companhia Tecidos Santanense.

b) controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do C.A., Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da emissora é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da controladora direta da emissora Wembley S.A..

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Propor à apreciação da Assembléia Geral Ordinária o valor anual de R\$2.000.000,00, (dois milhões de reais) distribuídos da seguinte forma:

Conselho Fiscal - R\$70.000,00 mil
Conselho de Administração – R\$33.000,00
Diretoria - R\$ 1.897.000,00

Belo Horizonte, 14 de abril de 2010.

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de relações com investidor

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas ("Companhia") e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ("diretoria") e do conselho fiscal ("Pessoal-Chave da Administração").

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas.

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e plano de bônus anuais que podem variar de 1 a 3 salários anuais, dependendo da performance da Companhia e de cada membro individualmente.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levadas em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas

estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, com também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, foram informados no item 13.15 adiante.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado do emissor				
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009				
R\$ mil/ano				
a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	e. Total
b. Número de membros:	12	3	5	20
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	30	1.086	62	1.178
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável anual segregada em:				
- Bônus	-	74	-	74
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	30	1.160	62	1.252
	=====	=====	=====	=====

Remuneração reconhecida no resultado do emissor				
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 – Previsão				
R\$mil/ano				
a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	e. Total
b. Número de membros:	9	3	5	17
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	33	1.200	70	1.303
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável anual segregada em:				
- Bônus	-	244	-	244
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	453	-	453
d. Valor da remuneração por órgão:	33	1.897	70	2.000
	=====	=====	=====	=====

13.3 Remuneração variável no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009
 R\$ mil/ano

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	12	3	5	20
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	74	-	74
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	222	-	222
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	222	-	222
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	74	-	74
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 – Previsão(*)

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	3	5	17
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	81	-	81
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	244	-	244
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	244	-	244
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A controlada indireta Springs Global U.S. Inc. ("SGUS") administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente porém com ações da controlada Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"). Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela SGPSA, 175.000 tinham direito a valorização (appreciation right). Em 31 de dezembro de 2009, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Companhia, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Companhia, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a SGPSA efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos 3 últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia

	<u>Quantidade de ações</u>
Conselho de administração	59.427
Diretoria estatutária	31.893
Conselho fiscal	2

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2010.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Não há opções em aberto para quaisquer membros dos órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das opções

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer.....

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Remuneração reconhecida no resultado do emissor Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 R\$ mil/mês		
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal
a. Órgão da administração:			
b. Número de membros:	12	3	5
c. Valor da maior remuneração individual	-	52	-
d. Valor da menor remuneração individual	-	10	-
e. Valor médio de remuneração individual	-	30	-

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.



13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009			
				R\$ mil
a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	e. Total
b. Número de membros:	12	3	5	20
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	30	1.654	62	1.746
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável anual segregada em:				
- Bônus	-	115	-	115
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	30	1.769	62	1.861
	=====	=====	=====	=====

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.